

AS FONTES DO *DE GESTIS MENDI DE SAA* E O TRABALHO FILOLÓGICO DE ARMANDO CARDOSO

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)
leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

Em nossa apresentação, debateremos o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso com as obras de São José de Anchieta (1534-1597), tendo como objetivo específico analisar o trabalho de edição crítica da obra novilatina de José de Anchieta. Debateremos o método filológico empregado por Armando Cardoso, seu levantamento de fontes, trabalho crítico e tradução dos poemas escritos em latim por José de Anchieta, em suas diversas publicações ao longo de décadas. Uma das questões a ser observada é relativa às fontes empregadas nas sucessivas edições do poema *De Gestis Mendi de Saa*, poema épico e histórico sobre Mem de Sá, que ocupa lugar de relevo na produção anchietana. Debateremos, além destas questões descritivas e analíticas, a atuação de Armando Cardoso como filólogo e a sua inserção na historiografia da linguística no Brasil, como referência nos estudos anchietanos.

Palavras-chave:

Anchieta. Estudos anchietanos. Historiografia da linguística.

1. *Introdução: as ideias linguísticas no Brasil quinhentista*

O *corpus* anchietano está inserido no seu contexto de produção e primeira recepção, o Brasil quinhentista. A fim de iniciarmos considerações teórico-metodológicas sobre as possibilidades de abordagem de sua obra, e o trabalho moderno de reedição de Armando Cardoso no século XX, devemos ponderar sobre quais são as possibilidades de descrição do contexto linguístico em que se insere a produção textual anchietana, e o trabalho filológico de Armando Cardoso, principal editor de José de Anchieta, modernamente (MOUTINHO, 1999, p. 18). Por terem sido os textos de José de Anchieta produzidos em data recuada historicamente, a abordagem pela historiografia da linguística, ou o aporte de análise histórica das ideias linguísticas, com seu aparato teórico, pode situar uma análise linguística contemporânea do *corpus* anchietano.

Entretanto, pelo fato de o século XVI nas Américas caracterizar-se por ser uma época centrada no contato linguístico, entre comunidades linguísticas autóctones e aquelas que cruzaram o Atlântico, há uma possibilidade de descrição teórico-metodológica, pelo viés da ecolinguística, para uma análise da América portuguesa em seu período inicial e uma

forma de se compreender os documentos coevos supervenientes, contexto da obra de José de Anchieta¹. Por fim, uma análise linguística da abordagem filológica do trabalho de Armando Cardoso, no trato com manuscritos e edições oriundas das tipografias renascentistas e outras fontes tardias, que compõem o *corpus* anchietano, é o método pelo qual podemos evidenciar e analisar questões de interpretação das obras de José de Anchieta em sua recepção contemporânea². Portanto, uma análise interdisciplinar é necessária para situar as obras de José de Anchieta nos estudos de linguagem contemporâneos e interpretá-las a fim de revelar as ideias linguísticas que estiveram presentes no período colonial do Brasil quinhentista.

As ideias linguísticas que circularam no Brasil quinhentista referiam-se, sobretudo, às tentativas de contato linguístico para o estabelecimento da colônia na América portuguesa. No século XVI, ainda que a expansão da colônia tenha se limitado ao território litorâneo, sucessivas tentativas de aproximação entre os povos envolvidos no processo marcaram o multiculturalismo inicial do Brasil, marca identitária esta que perdurou na época do Império independente, sendo contínua até os dias atuais. Para descrevermos a comunidade linguística que formava o Brasil quinhentista, um complexo ecossistema linguístico, devemos considerar alguns fatores de análise demográfica e de estimativas, através de documentos coevos, que representam os momentos iniciais de colonização e nos permitem ter uma visão parcial desta realidade.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) organizou uma obra intitulada: *Brasil: 500 anos de povoamento*, em que apresenta uma visão oficial do povoamento desde o início oficial do processo de

¹ Tendo em consideração as especificidades de obras do Brasil quinhentista, somente uma abordagem interdisciplinar é capaz de situá-las em parâmetros de análise linguística contemporânea. Teorias do contato linguístico, como a Ecolinguística, auxiliam na análise e interpretação destes escritos, já a metodologia da filologia românica auxilia no trato com manuscritos e edições coevas e, por fim, a abordagem pela historiografia da linguística permite traçar a recepção destes documentos por linguistas e filólogos no Brasil, que resgataram e comentaram estes textos fundamentais, esse edifício de concepções teórico-metodológicas permite uma releitura contemporânea e análise das obras do Brasil quinhentista.

² A recepção da obra de José de Anchieta é um capítulo interessante do desenvolvimento da filologia e da crítica textual no Brasil, envolvendo esforços de documentação desde a época de sua morte, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ainda na época do Império, posteriormente em publicações da Academia Brasileira de Letras e nas obras de Armando Cardoso, que, por fim, buscou editar suas obras completas.

colonização no Brasil. Os dados demográficos estimados dão uma ideia do que seria esta comunidade linguística inicial, o ecossistema linguístico do Brasil quinhentista. A população total da colônia variou de cerca de 15.000 indivíduos em 1550 para cerca de 100.000 indivíduos em 1600 (IBGE, 2000, p. 221), enquanto a população indígena total na época, no território do atual Brasil, foi estimada em cerca de 2.431.000 indivíduos de diversos grupos étnicos, distribuídos por todo o território (IBGE, 2000, p. 222). Inicialmente, a colônia estava organizada em núcleos litorâneos. Já a população africana, que desembarcou no Brasil e foi escravizada na colônia, pelo tráfico humano transatlântico, é estimada em cerca de 10.000 indivíduos entre 1531 e 1575 e cerca de 40.000 indivíduos, entre 1576 e 1600, totalizando cerca de 50.000 indivíduos em todo o século XVI (IBGE, 2000, p. 223). Os povos indígenas que integravam a colônia habitavam as missões religiosas, sobretudo as jesuíticas, a partir da segunda metade do século, enquanto a população branca e mestiça habitava as vilas, já a população negra escravizada era levada às senzalas dos engenhos, até que fundassem os primeiros quilombos, ainda no século XVI, como resistência ao regime escravocrata. Nesta comunidade linguística complexa, que é o ecossistema linguístico da colônia tropical da América portuguesa, o Brasil quinhentista, se desenvolveu a obra de José de Anchieta.

2. *População brasileira no século XVI*

Ano de estimativa	População estimada
1550	15.000
1576	17.100
1583	57.000 (25.000 brancos, 18.000 índios, 14.000 negros)
1600	100.000 (30.000 brancos, 70.000 índios e negros)

Tabela 1. Estimativa de população do Brasil quinhentista (IBGE, 2000, p. 221)

As ideias linguísticas no Brasil quinhentista referem-se sobretudo ao período inicial de colonização da América portuguesa e sua inserção nos domínios ultramarinos do reino absolutista de Portugal até a União Ibérica, entre 1580 e 1640, quando o controle territorial das colônias portuguesas passa da dinastia de Avis para os Habsburgos, ou Casa da Áustria, da Espanha, no final do século XVI (AGUILAR, 2002, p. 56). Dessa forma, dois elementos norteadores podem servir como elemento neste debate sobre as ideias linguísticas no Brasil quinhentista: a multiculturalidade, sob a égide do colonialismo quinhentista, e uma política de contato linguístico, que se desenvolvia inicialmente de forma empírica e, pos-

teriormente, após institucionalização especializada pelas universidades renascentistas e pela organização da educação humanística, passou a operar oficialmente como política de ocupação territorial e missionária.

Para a descrição e análise da influência das ideias linguísticas no período inicial da imigração e colonização, de que resultou a origem do Brasil, é necessário investigar os registros documentais da época em busca de se compreender principalmente a vida cotidiana e o contato entre os povos autóctones e os povos que imigraram pelo Atlântico, vindos tanto da Europa ocidental quanto da África costeira, dessa forma, logrando construir um discurso historiográfico além daquele que apenas ressalta os conflitos iniciais, para se compreender como a colônia se estabeleceu e posteriormente se expandiu. Assim, para se evitar uma visão reducionista, em que indígenas, europeus e africanos formassem apenas classes antagonicas e complementares, é interessante analisar os grupos de indivíduos, as comunidades, em suas identidades específicas, em uma perspectiva baseada no contato linguístico que originou alianças, antagonismos e contribuiu para a formação da América portuguesa. Ainda que o projeto colonial fosse único, sua execução se deu em ações independentes, envolvendo atores diversos e gerações sucessivas em redes de contatos e trocas culturais.

A disputa interna entre tribos e etnias indígenas em guerras constantes, pela ocupação da terra litorânea, desde a migração tupi, a rivalidade bélica e técnica entre reinos europeus pelo controle de rotas marítimas, os conflitos na África entre grupamentos islâmicos e tribais pela hegemonia territorial são fatores que demonstram ser inviável a construção de uma narrativa linear sobre a colonização do Brasil e dos atores envolvidos no processo. Não havia coesão entre indígenas, europeus e africanos no século XVI, a ponto de se pensar em uma concepção de nacionalismo ou uma ampla aliança. Ao mesmo tempo, para o olhar do século XXI, as maiores atrocidades da sociedade da época seriam o tráfico humano transatlântico, principalmente a diáspora africana, a escravidão, também a antropofagia indígena, esta largamente registrada em documentos da época, os métodos de tortura e execução, herança do período romano e medieval, empregados em disputas ideológicas e religiosas, pelos diversos grupamentos europeus. Outro fator relevante sobre questões demográficas na ocupação das Américas teria sido o contato dos povos indígenas autóctones com uma série de doenças da Europa, da África e da Ásia, desenvolvidas no contato milenar entre os velhos continentes, doenças estas que depauperaram populações indígenas inteiras em larga

escala, como armas biológicas invisíveis, sendo equivalentes à peste bubônica europeia medieval, agora no continente recém-batizado de América. Este fator, acrescido da escravidão compulsória, teria sido o principal responsável pelo despovoamento indígena do continente, tanto do México Asteca, quanto do Peru Inca, também do território do Brasil:

Conforme o antropólogo William Denevan, estima-se 50-60 milhões de pessoas viviam na América antes da chegada dos europeus. Até 1700, uma profusão de doenças introduzidas pelos europeus e seus animais reduziu esse número em 85-90%, para 6-7 milhões sobreviventes. O historiador ambiental Alfred Crosby chamou essa grande aniquilação de pandemia do solo virgem, pois os povos nativos não tinham imunidade às doenças introduzidas, que desembarcaram no que Crosby qualificou de “solo virgem.

A lista de doenças introduzidas abrange quase tudo que a medicina moderna conhece: varíola, gripe suína, sarampo, tuberculose, coqueluche, antraz, brucelose, leptospirose e malária. Algumas doenças eram portadas pelos animais que os europeus traziam consigo, outras pelas pessoas em si, que originalmente as haviam contraído de seus animais. Os hospedeiros mais prolíficos de doenças eram os porcos, trazidos às Américas como fonte de alimento nos navios.

As evidências genéticas sugerem que os primeiros americanos tinham pouca imunidade a doenças porque seus ancestrais haviam vindo de regiões remotas do que hoje é a Sibéria (locais isolados das culturas mais afetadas por doenças nas partes mais quentes e tmidas da Eurásia meridional). Outra razão para a falta de imunidade entre os primeiros americanos era a ausência de pecuária, que acarreta muitas doenças que podem passar para os humanos. Os únicos animais domesticados nas Américas eram lhamas e alpacas, nas montanhas da América do Sul, onde as temperaturas frias tendem a conter as doenças. (RUDDIMAN, 2015, p. 320)

Mesmo em uma sociedade com tão grandes dificuldades e carente de recursos tecnológicos, a ocupação territorial da América portuguesa foi bem-sucedida, tendo se desenvolvido uma civilização tropical incipiente, o Brasil, como colônia do vasto império ultramarino português, cujo principal aspecto seria o multiculturalismo inicial. Para o desenvolvimento da colônia, o contato linguístico seria fator central de desenvolvimento, tanto das atividades cotidianas, quanto de fortificação das vilas e missões indígenas. Dessa forma, devemos notar que não ocorrera uma linearidade neste desenvolvimento, havendo, ao contrário, registros de grandes descontinuidades, processos interrompidos e retomadas na tentativa de colonização, até que, por fim, como se por vida própria, em uma estreita faixa litorânea da América portuguesa, com uma comunidade linguística heterogênea, passasse a ver a si mesma como Brasil.

O marco zero na política de contato linguístico e a primeira tenta-

tiva oficial e registrada de contato no Brasil quinhentista estão descritas na *Carta de Caminha*. A frota de Pedro Álvares Cabral, que contava com intérpretes, como Gaspar da Gama, e religiosos como o franciscano Frei Henrique de Coimbra, em sua breve passagem nas Terras de Vera Cruz, registrada pelo escrivão Caminha, estabeleceu um padrão de tentativa de contato com os povos indígenas empírico que não seria inicialmente bem-sucedido, na *Carta de Caminha* há também a alusão de que o “barulho das ondas” teria impedido o contato linguístico:

No maravilhoso texto da certidão de nascimento da terra do Brasil, Pero Vaz de Carninha afirma que ninguém era capaz de compreender a língua dos dois primeiros indígenas que subiram a bordo da nau capitânia. A língua hebraica e o árabe, dos intérpretes a bordo da expedição, não lhes foram de valia alguma. E eram pelo menos dois intérpretes, Gaspar de Lemos e o mestre João, também autor de uma pequena carta sobre o descobrimento do Brasil. O hebraico de nada valeu, nem o português, nem o latim e o grego dos frades e clérigos.

Em face da impossibilidade de um mínimo de diálogo, segundo o relato de Caminha, os portugueses mostraram aos índios alguns elementos da biodiversidade portuguesa, para ver suas reações. Como Deus fez desfilar os animais diante de Adão para ver suas reações ao nomeá-los, os portugueses apresentaram aos índios os animais presentes nas caravelas: papagaios, galinhas, carneiros... Diante do papagaio do capitão, não manifestaram surpresa alguma. Seguraram a ave com a mão. Indicaram haver muitas parecidas em suas terras. E papagaios não faltavam. A ponto de o Brasil ser apontado nos relatos de informantes italianos do século XVI como a terra dos papagaios. Um carneiro não despertou a atenção dos indígenas, mas uma galinha (possivelmente cacarejando e debatendo-se) assustou-os a ponto de fugirem desse estranho animal. (MIRANDA, 2004, p. 91)

Realmente, um oceano de mudanças e transformações linguísticas separava há milênios estes povos. Outra estratégia, a de deixar degredados e até a chegada repentina de naufragos às aldeias indígenas, teria resultados diversos, como ocorre com João Ramalho em São Vicente e o Caramuru na Bahia. Vejamos uma síntese em série de alguns momentos notáveis no século XVI, quanto à política de contato linguístico. Enumeramos fatos relacionados a uma história das ideias linguísticas para a compreensão da América portuguesa no século XVI, o Brasil quinhentista:

1500- 1600: série de navegações costeiras, para registro cartográfico, cujo padrão segue o da frota de Pedro Álvares Cabral, com o uso de “línguas” e intérpretes, como Gaspar da Gama, e a participação de religiosos como Frei Henrique de Coimbra, aos quais se acrescem especialistas em astronomia e cartografia, como Mestre João. Além da *Carta de Caminha*, há outros relatos desta viagem como a *Carta de Mestre João* e a *Relação do Piloto Anônimo*. Acrescem-se a estes relatos, por exemplo, outras navegações como a de Vespucci, relatada na *Novus Mundus*, a circum-navegação de Fer-

não de Magalhães, entre outras, que tiveram por objetivo mapear a costa das Américas e do Brasil, cujos registros cartográficos se encontram aglutinados na obra de Juan de La Cosa em 1500, *Planisfério de Cantino* de 1502, *Esmeraldo de situ Orbis* de 1508, *Atlas Lopo Homem-Reineis* de 1519 e *Roteiro do Brasil* de Luiz Teixeira de 1586. A viagem de Vespucci em 1503 ao Brasil redundou na fundação da feitoria de Cabo Frio em 1504, em terras do povo tupinambá, que depois cairia nas mãos de corsários franceses (MARINHA DO BRASIL, 2018).

- 1530- 1532:** Expedição do navegador e militar Martim Afonso de Souza às Américas, que culmina com a fundação da vila de São Vicente, tendo auxílio de João Ramalho e do chefe indígena Tibiriçá. A obra *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil* de Pero Lopes de Souza é o principal registro desta época. A primeira aliança luso-tupi, entre portugueses e indígenas, em São Vicente, permitiria, efetivamente, o início do processo de colonização do Brasil, posteriormente o projeto das capitanias hereditárias e a percepção da necessidade de expulsão dos franceses, que contrabandeavam pau-brasil na costa. Nesta época os portugueses haviam apenas fixado feitorias no Brasil, para extração de pau-brasil (SOUZA, 1839).
- 1533:** Registro de entrada dos primeiros africanos no Brasil, quando Pero de Gois, solicita 17 escravos para a fundação de um engenho de açúcar (PETRONE, 1995, p. 23).
- 1534:** Estabelecimento das capitanias hereditárias, para tentativa de colonização do território da colônia. Os principais registros das capitanias hereditárias são as obras *Tratado da Província do Brasil* e *Tratado da Terra do Brasil*, de Pero de Magalhães Gândavo, editadas em conjunto na *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, publicada em 1576 em Lisboa, a obra *Tratado descritivo do Brasil* de 1587, escrita por Gabriel Soares de Souza e a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, publicada em 1627, mas que descreve eventos e fatos do século XVI (SILVA, 2014, p. 12 e seguintes).
- 1538-1548:** Missão franciscana *Mbiáça*, a primeira missão indígena no Brasil, entre povoados carijós, em Laguna no atual território de Santa Catarina. A missão foi destruída pela ação de caçadores de escravos indígenas.
- 1548:** Governo-geral em Salvador. O povoamento só se tornou possível após o estabelecimento de alianças com indígenas da região, o que está registrado na história de Caramuru, desde as primeiras décadas do século XVI.
- 1549:** Segunda viagem de Hans Staden ao Brasil, que foi capturado por indígenas, cujo relato se encontra na obra escrita em alemão *Duas Viagens ao Brasil*, publicada em 1557. Ano de chegada dos jesuítas ao Brasil e início das missões jesuíticas, de fundação dos colégios e escolas jesuíticas no Brasil.
- 1551:** Fundação do Bispado do Brasil.
- 1554:** Os jesuítas fundam seu segundo colégio, que dá origem posteriormente a São Paulo.
- 1554- 1567:** Confederação dos Tamoios entre indígenas tupinambás, goitacazes e aimorés, entre outros, liderada por Cunhambebe, em sua fase derradeira. Nóbrega e Anchieta ficaram reféns dos indígenas confederados. A obra de *De Beata Virgine Dei Matre Maria*, de José de Anchieta, foi escrita neste contexto.
- 1555- 1567:** Tentativa de colonização francesa no Brasil, do Rio de Janeiro a Cabo Frio, com o estabelecimento da França Antártica, em aliança com indígenas tupinambás.

Na tentativa francesa de fundar uma colônia, financiada por Gaspar de Coligny, havia calvinistas e católicos. As obras de Jean de Léry e André Thévet registram o episódio.

1555- 1673: Guerra dos Aimorés, que impediu a colonização de trechos de Bahia e Espírito Santo.

1572- 1577: Divisão do Brasil em dois estados, ao norte com a capital em Salvador, ao Sul, com o Rio de Janeiro, a administração é reunificada em seguida.

1573: Primeiro quilombo registrado no Brasil.

1580: União Ibérica, sob a Casa da Áustria.

1586- 1599: Guerra dos potiguaras, para a colonização da Paraíba.

1595: Captura do Recife por piratas ingleses.

1597: Morte de São José de Anchieta, no Espírito Santo.

Para o estabelecimento de vilas e cidades, no desenvolvimento das capitanias, foram necessárias alianças entre portugueses e indígenas tupi, sobretudo para se opor à aliança entre franceses e tupinambás no século XVI. Em Salvador, Diogo Álvares Correia, o náufrago que se tornaria Caramuru, foi um dos responsáveis pelo estabelecimento da colônia e das alianças na região. Em São Vicente, João Ramalho e o chefe indígena Tibiriçá em sua aliança permitiram a criação da colônia, já no Rio de Janeiro, o chefe indígena dos temiminós, Arariboia, auxiliou Estácio de Sá e os portugueses nos combates contra franceses e os tupinambás, para a fundação do Rio de Janeiro em 1565. Em Pernambuco e na Paraíba, Piragibe, cacique dos tabajaras auxiliou a colonização portuguesa. Dessa forma, podemos evidenciar que o projeto de colonização no século XVI não foi exclusivamente uma transferência populacional europeia aos trópicos, antes foi um projeto de civilização construído por alianças locais. Da mesma maneira que os europeus dominavam as rotas marítimas no oceano Atlântico, os indígenas tupis dominavam as rotas terrestres na mata Atlântica, e apenas de uma aliança luso-tupi costeira a colônia poderia se desenvolver, graças a caciques como Tibiriçá, Arariboia, Piragibe e os que acolheram Caramuru.

Havia, então, em fins do século XVI, cerca de 14 vilas e três cidades no Brasil quinhentista, também feitorias e fortificações, além de igrejas, mosteiros e conventos de ordens religiosas diversas, a que se somam missões indígenas, escolas e colégios jesuíticos. Em relação às atividades econômicas, havia fazendas, engenhos e lavouras. De certa forma, pode-se afirmar que o Brasil quinhentista se integrava culturalmente aos reinos absolutistas europeus pelas navegações ao longo do século, e que, em

fins do século XVI, já apresentava estabilidade:

Além da ação missionária da Societas Iesu no Brasil do século XVI, cuja ordem pontífice fora fundada no ano de 1534, com finalidade de levar o cristianismo aos confins do globo, outras ordens participaram do projeto de colonização da América Portuguesa, como os Franciscanos. Estes empreenderam uma missão no litoral de Santa Catarina, na localidade de Laguna, conhecida por *Mbiaça*, entre 1538 e 1548, com povoados carijós (COSTA, 2011, p. 1-2), a *Ordo Fratrum Minorum* ergueu conventos em Recife e Olinda em 1585, em Igarauçu em 1588, na Paraíba em 1589, e em Vitória em 1591. Já os Beneditinos ergueram mosteiros em Salvador em 1582, no Rio de Janeiro em 1590, tendo chegado a São Paulo em 1598. Os Carmelitas, por sua vez, ergueram conventos em Olinda em 1583, em Salvador em 1586, em Santos em 1589, no Rio de Janeiro em 1590, em Angra dos Reis em 1593, em São Paulo em 1594, o que marcava outro aspecto multicultural do projeto missionário. (KAL-TNER, 2016, p. 51)

Acresce-se a essa informação um mosteiro beneditino fundado em Olinda, cuja obra foi iniciada em 1599. A política missionária visava aprofundar o vínculo entre indígenas e europeus, o que evitaria conflitos e a predominância de uma militarização da colônia, logo o processo de ocupação territorial permitiria o surgimento de instituições mais complexas do que as feitorias iniciais, o que levaria a colônia a integrar-se culturalmente aos outros continentes, ainda que sob o viés do colonialismo:

O padre Manuel da Nóbrega, conhecido como o grande defensor dos índios, em suas décadas à frente dos jesuítas no Brasil, teve papel ativo no processo de colonização e catequização dos índios. Coube a ele colaborar ativamente na fundação da aldeia de Piratininga (1553), que tornar-se posteriormente a cidade de São Paulo, no Colégio de São Paulo (1554) e na cidade do Rio de Janeiro (1565). Entretanto, a maior contribuição ocorreu na área educacional, sendo sua contribuição ainda maior, pois sob seu comando foram fundadas cinco escolas de instrução elementar (em Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga) e três colégios (no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia). (SHIGUNOV NETO, 2008, p. 177)

As três cidades fundadas no Brasil quinhentista foram Salvador da Bahia de Todos os Santos, em 1549, São Sebastião do Rio de Janeiro em 1565 e Filipeia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, na Paraíba, em 1585. Além destas três cidades, havia cerca de 14 vilas, como descritas em tabela a seguir:

Nordeste	
1536	Vila de Igarauçu, em Pernambuco
1537	Vila de Olinda, em Pernambuco
1599	Vila de Natal, no Rio Grande do Norte
Leste	

1535	Vila de Porto Seguro, na Bahia
1536	Vila de São Jorge dos Ilhéus, em Ilhéus
1536	Vila de Santa Cruz, em Santa Cruz Cabralia
1551	Vila do Espírito Santo, no Espírito Santo
1551	Vila de Nossa Senhora da Vitória, em Vitória
1590	Vila de São Cristóvão, em Sergipe
Sul	
1532	Vila de São Vicente, em São Paulo
1545	Vila de Santos, em Santos
1558	Vila de São Paulo de Piratininga, em São Paulo
1561	Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, em Itanhaém
1600	Vila de São João Batista da Cananeia, em São Paulo

Tabela 2. Vilas do Brasil quinhentista (AZEVEDO, 1992, p. 29)

3. *As fontes do DGMS*

As obras de São José de Anchieta (1534-1597) representam diversos aspectos do Brasil quinhentista. É lugar-comum sempre notar que sua obra foi escrita em quatro línguas: português, espanhol, tupi e latim, sendo este um dos traços que marcam o processo de contato linguístico e intercultural da colônia. O principal editor da obra de José de Anchieta foi o filólogo e linguista Pe. Armando Cardoso, que ao longo de décadas publicou pesquisas pioneiras, em busca de editar os *Monumenta Anchieta-na*, as obras completas de José de Anchieta, em um trabalho filológico complexo.

Dos volumes que compõem os *Monumenta Anchieta-na*, o poema *epicum De Gestis Mendi de Saa* escrito em latim renascentista se destaca por ser a primeira obra editada por Armando Cardoso, também por ter sido o primeiro texto literário das Américas a ser publicado em livro, em Coimbra no ano de 1563, sendo uma epopeia anterior a *Os Lusíadas* de Camões. Armando Cardoso editou o *De Gestis Mendi de Saa*, a partir de duas fontes textuais: a *editio princeps* de 1563 e o *Manuscrito de Algorta*, fonte mais tardia. (ANCHIETA, 1970)

Armando Cardoso publicou em 1958 uma edição do poema *De Gestis Mendi de Saa* baseada na sua única fonte conhecida até então, o *Manuscrito de Algorta*, apenas em 1970, seria publicada uma segunda edição, já com o cotejo entre as duas fontes conhecidas da obra: a *editio princeps* de 1563, publicada em Coimbra e o *Manuscrito de Algorta*, sendo esta edição de Armando Cardoso o trabalho filológico e linguístico mais completo sobre o poema anchietano.

**Um excerto do poema, pela *editio princeps* de 1563
(ANCHIETA, 1997): versos 203-240**

*Mens eadem sanctis Rectorem auertere caeptis,
Et tentare virum, si possint forte precando,
Aut obtestando, quod menti insederat altae,* 205
*Consilium mutare, adeunt sermones omnes
Instructi pariter Praetorem, ac talia fantur:
“Magne gubernator, cui felicissimus orae
Australis rex Ioannes commisit habenas
Numinis aeterni auspicio, tibi tradita nostri* 210
*Cura fuit, cunctos tranquilla ut pace gubernes,
Invigilesque omni communi ex parte saluti,
Turbine composito bellorum: qualia iura,
Quasue paras leges crudeli imponere genti?
Bella vetas Indis? Qua tandem pace fruemur* 215
*Assiduo inter se certent nisi Marte, cruentos
Explentes animos? Quanam ratione quod optas
Posse putas fieri? Carnes dediscat amare
Barbarus humanas? Laniatur uiuere tigres
Desinat, aut uitulos saeui lacerare leones,* 220
*Innocuasue lupi pecudes? Prius aequare in alto
Desierit vastum balena replere barathrum
Piscibus, in vácuo timidas prius aere nisus
Cesset aues raptare audax, leopresque volatu
Tollere, summa petens pedibus Iouis armiger uncis,* 225
*Quam gens humanas Brasillica mandere carnes.
Ergo age quid tentes, cauta circumspecte mente,
Ne prohibe pugnis sese, belloque lacessant
Mutuo, et hostiles immani funere carnes
Discerpant, assent, corrodam more paterno* 230
*Morsibus assuetis, celebrent solemnia auorum
Festa sine, immites ne in nos conuertere tentent
Forte manus, penitusque feras crudelibus iras
Exercere velint bellis, nosque ense trucidant,
Vxores, natosque et multis cladibus urbem* 235
*Incestent, tu tantorum, tu causa malorum,
Perpetuaeque reus noxae, fusique cruoris
Debitor unus eris, praedicimus ecce monentes,
Indorum mores edocti ex tempore longo,
Naturam gentis qui iam bene nouimus huius”* 240

Tradução

A mesma mentalidade em afastar o dirigente de seus sagrados afazeres,
Caso pudessem, por acaso, tentar o homem por imprecacões
Ou por objeções, pelo fato de que assentara no fundo da alma 205
Mudar suas resoluções. Todos se reúnem em suas falas,

lo XVI que José de Anchieta descreve na Bahia.

Posteriormente, Mem de Sá, que não aceitaria a sugestão dos colonos, fundaria vilas, igrejas e auxiliaria a fundação das missões jesuítas, surgindo uma sociedade colonial em que os indígenas que não integrassem o projeto colonial continuariam vivendo em suas aldeias tribais, até que o projeto colonial os atingisse. Já os indígenas cristianizados viveriam paralelamente em missões, separados dos colonos europeus, estes, por sua vez, em vilas e cidades, estando também apartados das fazendas e dos engenhos, em que predominava a população escrava, inicialmente indígena. Já a população africana escravizada viveria em senzalas, enquanto aqueles que conseguissem a liberdade pela fuga viveriam nos quilombos. Apenas a população miscigenada teria um trânsito livre entre esses espaços, que começavam a ser etnicamente delimitados.

As atividades cotidianas eram relacionadas sobretudo à subsistência, e o único empreendimento rentável que justificava a colonização eram inicialmente a coleta de pau-brasil em feitorias e o cultivo da cana-de-açúcar, após as primeiras décadas, a que se acresceriam produtos como tabaco, couro, entre outros, posteriormente. Enquanto as atividades econômicas se desenvolviam com maior produtividade no Nordeste, as vilas e cidades do Sul amargavam uma vida extremamente simples, no limiar da miséria, causada por doenças, fome e constantes conflitos.

5. Conclusão

Para uns, na época, o Brasil era um novo reino, para outros uma nova tribo, para uns era o cativo vitalício, para outros, terras de novos quilombos, para uns a oportunidade de navegar, enriquecer, saquear, para outros significava novas terras para plantio, lugar para renovar a fé. De qualquer forma, porém, a única certeza que havia sobre o Brasil quinhentista era a de que o que estava surgindo na América portuguesa era um novo mundo, uma nova sociedade, integrada ao velho mundo, como uma província, a última de suas fronteiras, antes de o mundo ser reconhecido como um globo, *orbis terrarum*, algo finito.

As memórias escritas desta época só chegam aos dias atuais como vestígios, apenas pela perspectiva dos letrados, cujos textos se conservaram, e os escassos resquícios arqueológicos, que nos permitem tecer considerações sobre esta época. No mais, a própria sociedade brasileira resguarda em si estas memórias longínquas do início do período colonial,

algumas traumáticas, como o racismo, resquício do período escravista, por exemplo. Há uma memória de fundo coletivo e anônimo na transferência e na manutenção da língua portuguesa no Brasil, perceptível nos costumes populares, na tradição oral, nas celebrações religiosas. As paisagens litorâneas paradisíacas e tropicais, lado a lado à resistência indígena e quilombola, a religiosidade, as festividades, se confrontadas aos textos que sobreviveram desde o século XVI no Brasil, podem nos ajudar a entender o mínimo sobre aquelas gerações de indivíduos que fundaram a antiga América portuguesa no século XVI.

A obra de José de Anchieta no Brasil quinhentista revela todo o aspecto multicultural do início do processo de colonização da América portuguesa, revelando seus conflitos, mas também o longo processo de construção de uma civilização tropical, cujo cotidiano está registrado em diversos autores e se desenvolveu ao se expandir de uma estreita faixa litorânea em direção aos sertões, ocupando grande território até o momento de sua Independência. Na obra de José de Anchieta, encontramos o registro de uma época em que a América portuguesa começava a se consolidar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Jurandir Coronado. *Conquista Espiritual*. A história da evangelização na Província Guairá na obra de Antônio Ruiz de Montoya, S.I. (1585-1652). Roma: Editrice Pontifica Università Gregoriana, 2002.

ANCHIETA, José de. *De Gestis Mendi de Saa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958.

_____. *De Gestis Mendi de Saa*. São Paulo: Loyola, 1970.

_____. *De Gestis Mendi de Saa*. Edição fac-similada. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil colonial. *Terra Livre, Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, n. 10, p. 23-78, 1992.

IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

KALTNER, Leonardo Ferreira. O latim na colonização do Brasil quinhentista. *Caderno de Letras da UFF*, vol. 26, n. 53, p. 39-60, 2016.

MARINHA DO BRASIL. Hidrografia e navegação 1500-1822. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=en/node/84>>. Acesso em:

02-03-2018.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. *O descobrimento da biodiversidade. A ecologia de índios, jesuítas e leigos no século XVI*. São Paulo: Loyola, 2004.

MOUTINHO, Murillo. *Bibliografia para o IV Centenário da morte do Beato José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1999.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1993.

RUDDIMAN, William F. *Terra transformada*. Porto Alegre: Bookman, 2015.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11>>. Acesso em: 02-03-2018.

SILVA, Nelson Ricardo da; NEPOMUCENO, Luís André. *A legitimação do Império: cronistas portugueses na colonização do Brasil (séc. XVI)*. *Revista Crátilo*, n. 7, p. 12-24, 2014. Disponível em: <http://cratilo.unipam.edu.br/documents/32405/665422/A-iso-8859-Legitimao_do_Imprio-cronistas_portugueses_na_colonizacao-do-Brasil.pdf>. Acesso em: 02-03-2018.

SOUZA, Pero Lopes de. *Diário de navegação de Pero Lopes de Souza 1530-1532*. Edição de Francisco Adolfo de Varnhagen. Lisboa, 1839.

VILAR, Gilberto. *O primeiro brasileiro: Bento Teixeira, poeta*. São Paulo: Marco Zero, 1995.